

De Minas para a Corte: a atuação de Gervásio Pereira Alvim no comércio de
abastecimento do Rio de Janeiro (1850-1860)

Paula Chaves Teixeira Pinto
Universidade Federal de São João del Rei
Doutora em História, PPGH-UFF-CNPq
Área: História Econômica e Demografia Histórica

Resumo:

Este artigo tem como objetivo explorar as relações mercantis entre a província de Minas Gerais e o Rio de Janeiro, dando ênfase para o processo de formação de uma rede de negócios que ligou a comarca do Rio das Mortes à capital do Império. Para tanto, recorreremos ao caso do fazendeiro mineiro Gervásio Pereira Alvim e seus contatos firmados na praça carioca e em outras praças da província de Minas Gerais, na segunda metade do século XIX.

Palavras chaves: Minas Gerais; redes mercantis; comércio interprovincial.

Das Minas à Corte: a atuação de Gervásio Pereira Alvim no comércio interprovincial mineiro (1850-1860)

Paula Chaves Teixeira Pinto
Universidade Federal de São João del Rei
Doutora em História, PPGH-UFF-CNPq
Área: História Econômica e Demografia Histórica

Introdução:

Nas últimas décadas, os arquivos particulares, documentações pessoais, diários de contabilidades e fotografias têm sido cada vez mais explorados como fontes relevantes para o estudo do cotidiano pretérito. Vestígios da ação do homem no tempo, tais fontes nos permite entrever as nuances sociais, políticas e econômicas, além de aspectos de ordem da mentalidade e visão de mundo de seus criadores. A grande maioria desses arquivos sobreviveu ao simples acaso do destino: seja aqueles papéis esquecidos em fundo falso de gaveta, seja como memória escritas de fazendas antigas, seja ainda devido outras situações que permitiram a preservação. Alguns receberam tratamento especial, que ao serem doados, foram alocados em arquivos públicos, centros de memória ou bibliotecas; enquanto outros, no entanto, foram retidos por descendentes como relíquias de um passado ostentoso da família. Enfim, assim como a história é a ciência que estuda a ação dos homens no tempo, a história desses documentos (na verdade, Marc Bloch enfatiza que a maioria das fontes) revela a ação do homem, isto é, eles não brotaram do nada em determinados espaços, tudo se trata de intervenção humana, seja no sentido de preservar e reproduzir o conhecimento, seja no sentido de obstruir o passado, seja por simples esquecimento¹.

Independente de qual seja a história de sobrevivência desses acervos particulares (cartas, diários, contabilidade, fotografias etc.), nas mãos de historiadores, esses documentos têm se tornado ricos mananciais de informações sobre diversos temas e recortes, contribuindo, sobremaneira, para o nosso conhecimento sobre as sociedades passadas, sobre os sujeitos históricos, as formas de organização social, política e econômica e sua reprodução (e ruptura) no tempo, sobre estratégias pessoais e articulações familiares etc. Em especial, a história econômica de Minas Gerais tem-se enriquecido com a exploração desses “papéis velhos”. Trabalhos sobre o período colonial mineiro, como por exemplo, Júnia Ferreira Furtado, que estudou a correspondência do comerciante lusitano Francisco Pinheiro e seus agentes nas Minas do Ouro, ressaltam papel dos comerciantes e da atividade comercial na reprodução do poder metropolitano nas Minas do Ouro. No trabalho, é descortinada a dinâmica mercantil empreendida nos negócios de Francisco Pinheiro, ressaltando a importância das redes de clientela e da constante comunicação, via cartas, para a concretização dos arranjos mercantis². Já Alexandra Maria Pereira, explorando o livro caixa de uma casa mercantil de Vila Rica, entre fevereiro de 1737 e agosto de 1738, pertencente à Coleção Casa dos Contos, fez uma análise descritiva dos produtos ofertados pela casa, bem como de sua clientela. De acordo com Alexandra Maria Pereira, o livro caixa ou borrador do comerciante anônimo, registra o perfil de compras dos clientes, as mercadorias

¹ BLOCH, 2001.

² Cf. FURTADO, 1999.

ofertadas pela loja, bem como a dinâmica de pagamentos e faturamento da loja³. A partir das análises sobre as informações dispostas naquele diário de contabilidade, a autora realça o dinamismo comercial em Vila Rica, bem como o perfil de seu mercado consumidor. Em outro trabalho, Alexandra Maria Pereira analisando a trajetória do comerciante e contratador Jorge Pinto de Azeredo nas Minas do Ouro, a partir da documentação da Coleção Casa dos Contos, realçou as estratégias do comerciante, as formas de sociabilização e inserção social e econômica nas Minas do Ouro e praça mercantil do Rio de Janeiro⁴. Tais trabalhos contribuíram para o conhecimento de traços da economia de Minas Gerais, realçando o vulto das atividades mercantis, as possibilidades de ascensão social e as articulações e estratégias dos sujeitos históricos na faina diária.

Para o século XIX, o período imperial, a documentação privada do fazendeiro Gervásio Pereira Alvim tem contribuído para o conhecimento da dinâmica mercantil entre o sul de Minas Gerais e a praça mercantil do Rio de Janeiro. A documentação, composta por cartas pessoais, acordos de negócios, créditos, entre outros, deixa entrever os desafios enfrentados pelo fazendeiro na labuta diária para a construção e reprodução da riqueza e relações de poder no universo escravista de Minas Gerais oitocentista. Através da exploração das relações sociais (redes de parentela e de vizinhança), dos negócios e estratégias de reprodução da riqueza do fazendeiro, temos descortinado vários traços da economia mineira, sobretudo no que se refere a economia de abastecimento da praça do Rio de Janeiro e a dinâmica do comércio regional no interior da comarca do Rio das Mortes⁵.

Gervásio Pereira Alvim, personagem central deste artigo, era fazendeiro, morador nos Campos Gerais, distrito da Lage, termo da vila de São José, comarca do Rio das Mortes. Proprietário de rancho e pouso de tropas no caminho da Lage tinha na tríade escravidão, terra e gado a base de sustentação e reprodução da sua riqueza. Herdeiro de forte apego a escravidão, o fazendeiro Gervásio Pereira Alvim era descendente de um dos primeiros habitantes da região, o capitão José de Resende Costa – inconfidente punido com degredo em África pelas justiças de Sua Majestade a Rainha dona Maria I, em 1792. Era herdeiro também de extensa teia familiar e redes de clientela e amizade, reconstruída ao longo do final do século XVIII e primeira metade da centúria seguinte, que era acionada para dar dinamismo às atividades mercantis, garantir o acesso ao crédito e dar credibilidade aos sujeitos em praças distantes. Atuante no comércio interprovincial mineiro, sobretudo no abastecimento de gado na praça mercantil carioca, o fazendeiro Gervásio Pereira Alvim buscava suas mercadorias na região interiorana da comarca do Rio das Mortes, bem como no sertão mineiro e em Sorocaba, em província de São Paulo, conformando um comércio triangular. É sobre as atividades mercantis do fazendeiro mineiro no abastecimento da Corte que trataremos neste artigo.

Os mineiros, a chegada da Corte portuguesa e o comércio

A chegada da Família Real portuguesa ao Rio de Janeiro, março em 1808, acompanhada de todo o aparato administrativo-burocrático do Império Ultramarino português acarretou inúmeras transformações na sua principal colônia, em especial para a região centro-sul do Brasil. O Rio de Janeiro, após se transformar em capital do

³ PEREIRA in CARRARA, 2010.

⁴ PEREIRA, 2013.

⁵ Cf. TEIXEIRA, 2009 e TEIXEIRA PINTO, 2014.

Império lusitano, centro das decisões políticas e administrativas, viu sua população duplicar da noite para o dia em função do grande fluxo migratório de funcionários do Estado português e de nobres que acompanhavam a comitiva real, bem como de comerciantes estrangeiros e de brasileiros que rumaram para a cidade, fosse a negócios, fosse para se aproximar da realeza portuguesa⁶.

O impacto das transformações decorrente da transmigração da Família Real e do aparato de governo foi tamanho que, de acordo com Caio Prado Jr., a história da independência do Brasil inicia com a chegada da Corte na colônia e as consequentes mudanças no rumo das políticas do Império Ultramarino português⁷. Entre essas mudanças, destacam-se a abertura dos portos coloniais e o livre comércio com as nações amigas (a ruptura com o “exclusivo colonial”), a implementação de melhorias na infraestrutura da nova sede do Império (por exemplo, a revogação da proibição de abertura de caminhos e estradas, bem como a da instalação de manufaturas e tecelagens etc.) e, ainda, se presenciou um avanço significativo na internalização do capital nativo no centro-sul da colônia⁸. Enfim, o ano de 1808, a chegada da Corte portuguesa, entrou para a história como um marco ímpar na evolução política, econômica e cultural do país.

A partir de 1808, o Rio de Janeiro se consolidou como polo drenador de gêneros de abastecimento no centro-sul do Brasil, enquanto as economias voltadas para esse ramo do comércio interno se solidificaram. Para a nova sede do Império Ultramarino português drenava uma grande quantidade de alimentos e animais, consequência do aumento da demanda por produtos de necessidades básicas. Antes mesmo da instalação da Corte e do Estado português, o Príncipe Regente, Dom João, fez diversas recomendações ao Vice-Rei como preparativos para a sua chegada. Assim, Alcir Lenharo nos lembra de ofícios e ordens que foram despachados do Rio de Janeiro, solicitando o socorro aos portos e às capitânicas próximas para abastecer a cidade carioca de víveres⁹.

No tocante a capitania de Minas Gerais, que desde as décadas finais do século XVIII passava por uma reorientação da sua economia, voltava-se para a produção de víveres destinada ao mercado interno, este momento foi a oportunidade de solidificar suas atividades e garantir seu quinhão no abastecimento da Corte e angariar as graças distribuídas pelo Príncipe Regente. Na atenção as solicitações vindas do Rio de Janeiro, no ofício de 8 de março de 1808, o governador da capitania de Minas Gerais dizia ao Visconde de Anadia “*teremjá 700 e tantas cabeças de gado vacum, 250 porcos e outros gêneros mais, que espontaneamente têm sido oferecido pelos povos, e tudo isto há de ser conduzido com o cômodo possível, o que não será com muita brevidade, pela distâncias e longe*”¹⁰. Concorreria ainda para o abastecimento, doações particulares de fazendeiros e tropeiros mineiros através de seus intermediários e representantes comerciais na cidade do Rio de Janeiro. Alcir Lenharo nos apresenta o emblemático caso de Dona Joaquina do Pompeu, proprietária de fazendas na região de Pitangui, proximidades de Vila Rica, capital mineira. Segundo o autor, através de seu representante comercial em Vila Rica, Diogo Pereira de Vasconcelos (este, pai de Bernardo Pereira de Vasconcelos, político mineiro influente durante o período regencial), a proprietária enviara para a fazenda de Santa Cruz (local destinado para recebimento das doações) 200 cabeças de gado. O interessante dessa história são as

⁶ Dias IN Motta, 1972; Lenharo, 1979; Martins, 2008.

⁷ Prado Jr., 2012.

⁸ Prado Jr., 2012; Dias IN Motta, 1972; Lenharo, 1979.

⁹ Lenharo, 1979.

¹⁰ Apud LENHARO, 1979, p. 43.

perspectivas e expectativas da doadora e seu representante em tal contribuição. Alcir Lenharo, em nota no texto, destacou a carta de 28 de agosto de 1808, de Diogo Pereira de Vasconcelos a Dona Joaquina. Segundo Alcir Lenharo, o representante de Dona Joaquina dizia estar satisfeito com a doação da proprietária e que conseguiu encaminhar uma carta dela ao Príncipe Regente. Ele, o representante, analisava a doação através dos ganhos materiais, a sedimentação das bases comerciais naquela praça por meio da familiarização com os mecanismos do mercado carioca, bem como através dos ganhos simbólicos (que também poderiam ser revertidos em ganhos materiais), a proprietária entraria para o rol dos agraciados do Regente e do Estado¹¹.

Outras medidas foram tomadas para garantir o abastecimento sistemático da cidade do Rio de Janeiro e um fluxo contínuo de comércio. Antes de 1808 havia muitas dificuldades de circulação de mercadorias entre o interior e a capital colonial, gerando frequentes crises de abastecimentos. Concernente ao comércio de gado e seus derivados, Pedro Henrique Pereira Campos, afirma que a chegada da Corte produziu um salto quantitativo na demanda por carne verde no Rio de Janeiro. Devido à natureza dessa mercadoria, carne de animal recém-abatido, portanto seu consumo deveria se dar em aproximadamente 24 horas, o comércio desse gênero era, especialmente, problemático, porém com grande procura de seus consumidores. Segundo o autor, mesmo com a formação de uma teia de abastecimento de gado para o Rio de Janeiro partindo do sul da colônia, os anos de 1808 e 1818 são marcos de escassez de gado naquela praça, verificando a quase ausência da carne verde no mercado. Isso porque, segundo o mesmo autor, até 1818, o grosso do abastecimento de carnes verdes era proveniente da capitania do Rio Grande de São Pedro e devido a uma série de questões políticas e econômicas na região, especialmente a partir de 1812, as exportações de gado em pé foram interrompidas. Nesse processo, o autor destacou que, até 1818, “a capitania [do Rio Grande de São Pedro] provia 50% do que era necessário ao consumo da cidade [Rio de Janeiro], o que significava um número de ‘vinte a vinte e cinco mil reses’ anuais enquanto Minas Gerais e o Continente de Curitiba juntos proviam número de reses similar à cidade”. Assim, influenciado pelas conjunturas política (a guerra na Cisplatina) e econômica (opção dos estancieiros no comércio de charque) no sul, a capitania de Minas Gerais tomara a dianteira desse ramo de comércio na praça carioca¹².

Maria Thereza Petrone, no estudo sobre a atuação de Antônio da Silva Prado, Barão de Iguape, no comércio de gado para o Rio de Janeiro, também destacou as condições do mercado carioca e suas crises de abastecimento após a instalação da Família Real. Através da correspondência entre Antônio da Silva Prado e seus intermediários, o mercado carioca aparece não apenas como centro consumidor do gado do comerciante, bem como o destino das boiadas da capitania/província de São Paulo. A autora destaca o impacto da instalação do governo lusitano na cidade, que implicou no crescimento da demanda por carnes, a mudança de hábitos de consumo da população, bem como uma melhoria na qualidade de vida. Segundo a autora, devido ao novo papel desempenhado pelo Rio de Janeiro, o comércio de gado de corte, de grande importância na dieta dos sujeitos, ganhou um incremento muito grande a partir de 1808.

A respeito das crises de abastecimento, a autora destacou os diversos decretos e avisos régios visando à regularização do abastecimento de animais a cidade o que, no entanto, não garantiu o suprimento regular. Em especial, acerca dos negócios de Antônio da Silva Prado, a especulação no mercado era uma constante, a fórmula para se obter o maior lucro possível na atividade. Assim, eram acompanhadas com muita

¹¹ LENHARO, 1979, p. 43 (nota 5).

¹² CAMPOS, ?, citação a p. 2

atenção as oscilações do mercado, observando muito de perto a oferta de animais na praça de comércio, o preço e as condições de venda. Enfim, mesmo com as solicitações régias e isenções para atrair os tropeiros, a prática da atividade requeria um controle estrito sobre a oferta e demanda de gado, o que ocasionava por vezes, escassez do produto na praça carioca. No tocante a crise de 1818, período em que as exportações de gado em pé provenientes de Minas Gerais superaram as que vinham dos campos do sul, a autora destacou também as causas dessa inversão a problemas econômicos e políticos enfrentados pela região (a guerra na Cisplatina) a partir de 1812.

Diante do crescimento da participação da capitania mineira no conjunto abastecedor da Corte, Alcir Lenharo destacou a abertura de caminhos (Estrada do Comércio e da Polícia) que ligavam a região da comarca do Rio das Mortes a capital do Império, com fito de garantir o fluxo constante entre as regiões. Segundo o autor, no período joanino, o abastecimento da Corte se fazia por três vias. Uma externa, realizada por portos europeus, Lisboa e Londres, e na América, por portos na região do Rio da Prata. As outras duas vias se conformavam no interior da colônia. A primeiraseria o comércio de cabotagem, que ligava a região sul do Brasil e regiões litorâneas próximas ao porto carioca a cidade do Rio de Janeiro; enquanto a outra, por via terrestre, era proveniente de Minas Gerais e de São Paulo. Este último setor abastecedor tinha o Sul de Minas como principal centro e sua produção era completada por outras regiões da própria capitania, como por exemplo, Paracatu¹³ e, também, por áreas habitadas no norte de São Paulo que fora ocupadas no movimento de expansão das fronteiras das fazendas mineiras no final do século XVIII e primeiras décadas do XIX¹⁴. Dessas regiões desciam para o Rio de Janeiro significativas quantias de gado, porcos, galinhas, carneiros, toucinho, queijos e outros gêneros alimentícios¹⁵. Completando ainda o projeto de dotação de uma infraestrutura mínima para a capital, o Príncipe Regente ainda fez cair por terras as proibições do comércio entre Minas e Bahia, datadas do início do século XVIII¹⁶, reabrindo antigos caminhos entre as duas capitanias e, acompanhando o curso do Rio Doce, fez abrir uma estrada que ligasse a capitania de Minas a do Espírito Santo, bem como outra entre Minas e o Campo dos Goitacazes com vistas a regularização do comércio de gado. Além da permissão de abertura de outros caminhos no interior da capitania mineira¹⁷.

Assim, Alcir Lenharo chama a atenção para o papel desempenhado pela comarca do Rio das Mortes (Sul de Minas) no conjunto de regiões que conformavam o núcleo abastecedor do Rio de Janeiro. O dinamismo econômico experimentado por essa região era anterior a crise da mineração. Segundo Mafalda Zemella, a ocupação da região, no final do século XVII, na rota que ligava as minas ao Rio de Janeiro e a capitania de São Paulo, teve como primeira atividade econômica a agricultura e pecuária voltada para o abastecimento das regiões mineradoras, no entanto, a descoberta de lavras de ouro nas proximidades de São João del Rei e São José, fez com que essas regiões reorientassem suas atividades para a extração do mineral. Todavia, a autora destaca que, mesmo que a agricultura e pecuária fossem atividades menores no conjunto das atividades desenvolvidas em Minas Gerais, elas não eram de todo desprezadas e, ao passo que, a mineração diminuía seus rendimentos havia o crescimento da importância da

¹³Lenharo, 1979, p. 25.

¹⁴Lenharo, 1979; Prado Jr., 2011.

¹⁵Lenharo, 1979, p. 25.

¹⁶Cf. ZEMELLA, 1990.

¹⁷Lenharo, 1979.

agricultura, com a busca por terras férteis para a expansão das áreas de plantação e criação de gado¹⁸.

Caio Prado Júnior também destacou a vivacidade da economia agrícola e pastoril do Sul de Minas durante a crise da mineração. De acordo com o autor, a comarca do Rio das Mortes era uma região favorável à criação de gado e à agricultura devido a uma densa rede fluvial conformada por rios volumosos (Rio Grande e seus afluentes Mortes, Sapucaí e Verde) e uma densa mata, que reuniria um conjunto de circunstâncias muito favorável ao desenvolvimento dessas atividades. Isto é, enquanto a capitania caminhava rumo à crise da produção aurífera e de pedras preciosas, o Sul de Minas, com sua economia voltada para o abastecimento interno, na qual se destaca a pecuária no conjunto de atividades rurais, era uma exceção a regra¹⁹.

A proximidade [de Minas Gerais] de um importante núcleo de povoamento do litoral como o Rio de Janeiro, veio reforçar aquela situação [o desenvolvimento de uma apreciável agricultura voltada inteiramente para a produção de gêneros para o consumo local]. E graças a estas perspectivas excepcionais, a agricultura mineira, embora quase exclusivamente de subsistência – as únicas exceções são os casos já assinalados do algodão em Minas Novas e do tabaco no Sul, – adquire um nível bem mais elevado que o das demais regiões similares da Colônia. E é aí que encontramos as principais daquelas poucas exceções acima lembradas, de grandes propriedades, fazendas, ocupadas unicamente com a produção de gêneros de consumo interno.

[...]

Como se vê, reúne-se neste sul de Minas um conjunto de circunstâncias muito favoráveis à criação de gado; e logo que a região começa a ser devassada pelos exploradores de ouro, inicia-se paralelamente uma atividade rural em que se destacará a pecuária. Esta chamará a si, aos poucos, o mercado próximo que os centros mineradores em formação lhe vão proporcionando. Abastecendo-se a princípio no sertão do Norte e nos Campos Gerais do Sul, os mineiros passarão logo para ela, mais acessível que é, e sobretudo melhor aparelhada que seus concorrentes. O sul de Minas suprirá em seguida, e substituirá, afinal, os fornecedores do Rio de Janeiro: os Campos dos Goitacazes e os mesmos Campos Gerais citados; estes ficam mais longe, aqueles transformam seus pastos em canaviais. É em 1765 que descem para o Rio de Janeiro os primeiros gados da nova proveniência. Até São Paulo, vizinho embora dos Campos meridionais, se abastecerá em Minas. Aliás, desde fins do século XVIII, como já referi, os criadores mineiros começam a descer a Mantiqueira, indo estabelecer-se em São Paulo, na região que flanqueia a serra a oeste, de Franca a Mogi Mirim²⁰.

E Kenneth Maxwell realçou a importância econômica da região a partir da crise da mineração, desvelando a participação de fazendeiros e burocratas residentes na comarca do Rio das Mortes no movimento rebelde de 1789. Em suas análises sobre o perfil socioeconômico dos conjurados, o autor destacou a importância da região como o celeiro que abasteceria as regiões em conflito com o Estado metropolitano²¹. Por fim, cabe destacar ainda o artigo clássico de Sérgio Buarque de Holanda, “Metais e pedras preciosas”, no qual o historiador assinalou que, mesmo cessada a atividade mineradora, “*para o antigo arraial do Rio das Mortes [São João del Rei] a cessação da exploração*

¹⁸ ZEMELLA, 1990, pp.209-235.

¹⁹ Prado Jr., 2011, pp. 169-170 e 207-208

²⁰ Prado Jr., 2011, p. 170 e 208.

²¹ MAXWELL, 2009; Cf. também RODRIGUES, 2008.

aurífera não impede que muito ouro continue a afluir, mesmo nos tempos de depressão, pois abastece toda a capitania do fruto de sua atividade agrária, pastoril e até manufatureira”²².

Enfim, o que se quer destacar é o papel desempenhado pela economia de abastecimento da comarca do Rio das Mortes no conjunto de atividades que propiciavam a geração de riqueza no interior do Brasil. Essa economia, que desde o período colonial, com a crise da mineração, estava em expansão, se beneficiou com a instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro e, segundo Alcir Lenharo, a partir das atividades mercantis de abastecimento da cidade carioca galgou não apenas ganhos materiais (títulos nobiliárquico e sesmarias no vale do Paraíba do Sul fluminense), mas também seu espaço na política joanina e, depois da Independência, no Império do Brasil. Ao problematizar o abastecimento da Corte como uma temática política, Alcir Lenharo procurou demonstrar como este setor da classe proprietária do centro-sul articulou-se politicamente em nível regional e se projetou no espaço da Corte através das suas atividades voltadas para a produção e distribuição de gêneros de primeira necessidade para o consumo interno²³.

Nem mesmo o fracasso dos liberais em 1842 inviabilizou o comércio entre o Sul de Minas e o Rio de Janeiro, tampouco o estabelecimento de comerciantes mineiros naquela praça de comércio²⁴. Foi num cenário em meio às disputas políticas que a rede mercantil de Gervásio Pereira Alvim, nosso personagem, se consolidou na praça carioca. A formação dessa rede remota aos tempos de dom João no Brasil. Tanto o pai de Gervásio, o capitão Gervásio do Carmo, quanto o avô, o capitão-mor Gervásio Pereira Alvim participaram ativamente do comércio abastecedor da Corte. O pai fora, na década de 1820, um dos mais importantes atravessadores de escravos africanos desembarcados no porto do Rio de Janeiro para a comarca do Rio das Mortes; enquanto o avô, português, herdeiro do seu sogro, o coronel José de Resende Costa (inconfidente), foi um dos homens mais ricos do distrito da Lage, morada de nosso personagem, e teve a fortuna ampliada nas atividades ligadas a produção de gêneros alimentícios²⁵.

Na inflexão provocada pela integração do centro-sul do Brasil, formou-se um circuito mercantil no eixo São José – Lage – Carrancas – São João del Rei – Rio de Janeiro no qual a comarca do Rio das Mortes se apresentou como o elo entre os sujeitos. Neste espaço foram construídas alianças familiares e redes de clientela que foram aproveitadas e aperfeiçoadas no processo de inserção de comerciantes sul-mineiros na praça mercantil do Rio de Janeiro, desvelando as articulações e esforços familiares para se introduzirem nas redes de comércio e obterem os benefícios, leia-se riquezas, que a atividade produzia. É a partir desse circuito que observamos as atividades mercantis do fazendeiro Gervásio Pereira Alvim. Será sobre os homens que foram e suas atividades no comércio entre o Sul de Minas e a praça mercantil carioca que abordaremos nas próximas seções.

Família e comércio: os desdobramentos das fazendas mineiras

O comerciante Carlos Joaquim Máximo Pereira foi um dos primeiros da rede mercantil de Gervásio Pereira Alvim a se estabelecer com casa de comércio na praça do Rio de

²² Holanda in Holanda, 1997, pp. 306-307.

²³ Lenharo, 1979.

²⁴ TEIXEIRA, 2009.

²⁵ Idem; TEIXEIRA PINTO, 2014.

Janeiro. Mineiro, oriundo da vila de São José, filho de comerciante local, o alferes Manoel Pereira Lopes, já em 1849, sua casa mercantil “Carlos Joaquim Máximo Pereira e Cia.”, situada na rua Direita, 123, já aparecia listada no AlmanakLaemmert, em diversas seções. Sócio e muito amigo de José Bernardino Teixeira, outro importante comerciante da praça carioca, que também mudara para a Corte naquela década, fundaram a casa mercantil “José Bernardino e Máximo Pereira”, situada no mesmo endereço de Carlos Joaquim, estabelecimento no qual os fazendeiros mineiros poderiam fazer suas compras e depositar créditos para futuros negócios naquela praça.

Ao lado desses, por volta de 1854, um velho amigo de Minas Gerais, Francisco Eugênio de Azevedo, oriundo da vila de Carrancas, tio materno de Gervásio Pereira Alvim, também apareceria listado no AlmanakLaemmert como negociante nacional. Sua casa mercantil, “Francisco Eugênio de Azevedo e Cia.”, servia como casa comissária de fazendeiros do Sul de Minas nas suas atividades com a praça mercantil do Rio de Janeiro.

Ainda na rua Direita, outra casa mercantil de mineiros, “José Esteves e Botelho Sobrinho”, parente da esposa de Francisco Eugênio de Azevedo, oriundo do Sul de Minas, no ano de 1860, aparecia no AlmanakLaemmert, com loja de miudezas e quinquilharias.

Esses sujeitos foram os primeiros a se estabelecerem na praça mercantil carioca, a se firmarem como negociantes de grosso trato, desdobrando as atividades das fazendas sul-mineiras. No Rio de Janeiro, eles buscaram a fortuna e através de suas atividades facilitaram os trâmites dos negócios entre mineiros e cariocas. Trata-se de uma aliança entre membros das elites regionais de Minas Gerais, aquelas vinculadas ao setor de abastecimento do Rio de Janeiro, partindo da comarca do Rio das Mortes. Assim, esses comerciantes, quando facilitavam os arranjos mercantis e evitavam o atravessador carioca, garantiam os instrumentos reprodutores da riqueza e do poder local dos fazendeiros a eles articulados. Em outras palavras, ao facilitar a circulação do crédito e das mercadorias entre as duas regiões, esses homens favoreciam o controle do comércio regional por um grupo restrito de fazendeiros-comerciantes. Com o controle desse comércio regional, além de resultar a reprodução da riqueza, o produto final seria apropriado pelos fazendeiros-comerciantes também na aquisição de instrumentos de distinção social e de promoção do poder local.

Em contrapartida, para o sucesso de tais empreendimentos, esses comerciantes deveriam reforçar seus vínculos com essas elites regionais, tecendo alianças de casamento, forjando redes de parentesco. Destarte, o comerciante Carlos Joaquim Máximo Pereira contraiu casamento com uma das herdeiras da fazenda Ponta do Morro, no distrito de Prados, dona Maria José, filha do comendador Antônio Francisco Teixeira Coelho e de dona Claudina Celestina da Natividade, sujeitos com os quais os familiares de Gervásio Pereira Alvim mantinham tratos mercantis e sociais. O comendador Antônio Francisco fora um dos homens mais ricos do termo da vila de São José, sendo, em 1831, um dos maiores proprietários de escravos do termo, com a posse de 142 cativos e, em 1852, quando de seu falecimento, seu monte mor somou 150:060\$900 réis, distribuídos na posse de escravos, terras, casas de morada e vivenda em Prados, São José e na Corte, animais, produções agrícolas e objetos de luxo²⁶. Já Francisco Eugênio de Azevedo casou-se com dona Maria Emerenciana de Andrade e Azevedo, também de Carrancas, filha do comerciante Francisco Inácio Botelho²⁷. Com

²⁶ Lista nominativa de 1831-33, distrito de Prados; Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei. Inventário: Antônio Francisco Teixeira Coelho (comendador), São José, 1852, caixa 58.

²⁷ Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei. Inventário: Francisco Inácio Botelho (tenente coronel), termo da cidade de Aiuruoca, 1879, caixa 41. (Inventários de Aiuruoca).

esse enlace, Francisco Eugênio, que era negociante na vila de São João del Rei, teve seu “passaporte carimbado” para o Rio de Janeiro. O comerciante passaria, a integrar o corpo de comerciantes mineiros na praça comercial do Rio de Janeiro.

Além dessas alianças, outras foram tecidas no intuito de recrutar novos membros. A filha de Carlos Joaquim se casou com o comerciante sanjoanense Carlos de Almeida Magalhães, este era sócio de Carlos Joaquim, o pai da noiva, e filho do comerciante de grosso trato da praça mercantil de São João del Rei, Sabino de Almeida Magalhães. O enlace matrimonial fora testemunhado por José Bernardino Teixeira que, na época, já era tutor dos filhos menores de Carlos Joaquim, que acabara de falecer. Há ainda que se destacar a aliança de compadrio entre Carlos Joaquim e Sabino: o último era padrinho de um dos filhos de Carlos Joaquim e dona Maria José. Destacam-se também as relações de amizade entre Carlos Joaquim e os familiares de Francisco Eugênio de Azevedo.

Obviamente, ao lado do reforço das alianças com os parceiros em Minas Gerais, os comerciantes mineiros trataram de tecer novas alianças, numa tentativa de maior integração com a comunidade local. José Bernardino Teixeira, por exemplo, em 1852 e 1853, fazia parte da diretoria do terceiro Banco do Brasil criado por Mauá, que, segundo Carlos Gabriel Guimarães, era composta por comerciantes, matriculados, ou não, no Tribunal do Comércio, e suas atividades iniciaram em 1851²⁸. Francisco Eugênio reforçou seus vínculos com os parentes da esposa já sediados na capital do Império, formando diversas sociedades. Já Carlos Joaquim Máximo Pereira, além da sociedade com José Bernardino Teixeira, associou a José Joaquim Teixeira de Valença e Carlos de Almeida Magalhães, seu genro, para formar a casa mercantil “Carlos Joaquim Máximo Pereira e Cia.”²⁹.

Tais associações eram importantes alianças para a perpetuação no tempo das atividades mercantis na praça carioca. O comércio era uma atividade que, embora aberta a diferentes níveis de fortuna, tinha uma circulação, uma rotatividade de pessoas muito grande. Essa circulação não deixava de atingir o topo da hierarquia mercantil, ainda que fosse mais frequente na sua base³⁰. Vários elementos influíam na rotatividade do corpo mercantil. Já é bastante conhecida na historiografia brasileira a as transformações de fortunas mercantis em atividades agrárias, que reputavam mais prestígio social, sendo este, então, um dos causadores da grande fluidez do corpo mercantil. Além disso, outros fatores contribuía para a rotatividade e fluidez, como por exemplo, asfalências, as doenças e mortes de sócios e cônjuges, a sucessão e/ou dificuldades inerentes à prática da mercancia, tais como crédito limitado, sagacidade e boas percepções, além das mudanças nos rumos do comércio, a conjuntura e flutuações econômicas. Todos estes elementos influíam na permanência do comerciante na prática do comércio. Como bem atentou Jorge Pedreira, “*não são poucos os que, perante as dificuldades, preferem largar a vida dos negócios*”³¹. Diante de tantos elementos definidores e influenciadores da permanência nas atividades, afinal “*as mesmas condições que propiciavam o início de uma carreira podiam, portanto, determinar o seu final antecipado*”. Assim, a permanência desses sujeitos como negociantes de grosso trato na praça carioca dependia de arranjos tecidos com outros indivíduos estabelecidos ali.

²⁸ GUIMARÃES, 1997, pp. 110-135.

²⁹ AlmanakLaemmert, 1849-1868, seções: Negociantes Nacionais; Armazéns e Lojas de fazendas de atacados; Lojas de fazendas secas de todas as qualidades. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/almanak>; Arquivo Nacional, Inventário *post mortem*: Carlos Joaquim Máximo Pereira (inventariado); Procedência: Juízo dos Órfãos, 1ª Vara; Notação: 830; Caixa: 4066; Ano: 1869.

³⁰ PEDREIRA, 1995, pp. 125-191.

³¹ PEDREIRA, 1995, p. 141.

É certo que eles não compunham o topo da hierarquia mercantil, não concentravam os mecanismos de controle da liquidez do comércio, embora buscassem a diversificação dos negócios e dos investimentos. Faltavam-lhes instrumentos políticos que, combinados com a atividade mercantil, dariam maior segurança frente às flutuações econômicas e às mudanças políticas, garantir-lhes-iam a reprodução da riqueza e do poder, bem como maior controle sobre as incertezas e instabilidade da atividade mercantil. No entanto, eram sujeitos que lutavam pela sobrevivência e pela reprodução de um modo de viver e, neste sentido, as alianças visavam à criação e recriação de instrumentos necessários a sua permanência enquanto negociantes de grosso trato na praça mercantil carioca. Para além das relações familiares e do patrocínio delas decorrente, essas alianças tinham como objetivo assegurar e alargar o crédito, bem como manter a credibilidade. Ser reconhecido pelos pares como sujeito de boa fé, boa conduta, de fortuna, sagaz e inteligente fazia parte do universo mercantil, tratava-se de um dos instrumentos perpetuadores dos negociantes na atividade. Conjugando tais representações ao volume e extensão da atividade, a esses sujeitos era reputado o título de homens de negócios³². Enfim, as faculdades para a permanência na carreira comercial associavam, de um lado, fortuna e crédito, de outro, a fama, reputação e o reconhecimento pelos pares, combinados com um pouco de sorte, bastante perspicácia e conhecimento e a parcimônia nas atividades e investimentos.

E isso foi o que tais homens fizeram. Teceram alianças tanto em Minas, quanto no Rio de Janeiro, criaram e recriaram condições favoráveis ao alargamento do crédito, partindo da construção da credibilidade. Promoveram o comércio interprovincial mineiro, facilitando os arranjos mercantis, favorecendo a circulação do crédito e de mercadorias, bem como os acertos de negócios. Suas casas mercantis eram pontos certos nos quais os fazendeiros-comerciantes mineiros buscavam o apoio para envio e recebimento de mercadorias, bem como dos créditos decorrentes do abastecimento da Corte.

Gervásio Pereira Alvim e seus negócios na Corte (1850-1860)

Em 30 de março de 1850, de São João del Rei, o comerciante Francisco Eugênio de Azevedo escrevia a Gervásio Pereira Alvim informando sobre os encaminhamentos dos negócios naquela praça e no Rio de Janeiro. Na carta, o autor dizia:

Sobrinho e senhor Gervásio

São João, 30 de março de 1850

Muito estimei saber que você passa saudável, bem como Maria Salomé, e seus pais e irmãos, a quem eu e sua tia saudamos.

Pelo negro vai apaneira de seda que custou 300, e cá recebi 500 réis e o resto acertei em sua conta. Sentimos não poder irmos a Missa [?], por ter hóspedes em casa, e ficamos bem apesar não poder irmos, e ficamos-lhes obrigado pelo convite.

Como você ainda não vendeu o gado, eu já fiz transação para o Rio, porque precisará do dinheiro no Rio neste mês, por isso não é preciso mais porém se você quiser mande deixar a quantia [que] quiser depositada em mão de José Bernardino Teixeira, a sua ordem que logo aqui se acha transação.

³² O título de homens de negócios não era reputado a qualquer mercador ou vendedor a retalho. A carga semântica trazia consigo uma série de faculdades que articulavam o crédito, o volume e extensão dos negócios e o reconhecimento pelos pares da fortuna e capital de giro empregados no desenvolvimento do comércio. Além disso, a partir da criação da Junta do Comércio no Rio de Janeiro, a matrícula no órgão e, em 1850, a matrícula no Tribunal do Comércio. Entre outros cf. BRAUDEL, 1998; FRAGOSO, 1998; FLORENTINO, 1995; PEDREIRA, 1995; FURTADO, 1999.

*Entretanto diga-me se com efeito mandou dar no Rio por minha conta 400 réis que há dias deu-me um recado seu tio Francisco de Assis, e como até agora não tive solução por isso desejo saber se com efeito mandou dar. Seu tio amigo obrigado.
Francisco Eugênio.³³*

A carta, representativa da dinâmica mercantil entre a comarca do Rio das Mortes e a Corte do Rio de Janeiro, apresenta nossa personagem, Gervásio Pereira Alvim, em ação nos seus negócios com a praça carioca. De um lado, seu tio, auxiliando nos arranjos mercantis, tomando a frente nos trâmites da atividade, enviando o dinheiro para saldo de créditos na primeira ocasião que encontrara. Do outro, o fazendeiro, envolvido com o comércio de gado, aguardando as melhores oportunidades para o negócio. No entremeio, o comerciante mineiro sediado no Rio de Janeiro, José Bernardino Teixeira, com portador em São João del Rei, servindo como depositário e intermediário do fazendeiro na praça carioca para futuros saques e/ou encomendas. E, ao término da carta, o pedido de confirmação do efetivo pagamento realizado em nome de Francisco Eugênio por Francisco de Assis, também tio de Gervásio, na praça carioca. Desvelando alguns traços característicos do comércio interprovincial, mais que isso, da dinâmica econômica de sociedades pré-industriais, a carta revela as dificuldades do comércio entre praças geograficamente distantes, sobretudo no que tange à circulação das mercadorias e do crédito, à ação dos intermediários e à falta de liquidez do mercado. Despontam, ainda, os mecanismos encontrados pelos comerciantes e fazendeiros para processarem os tratos mercantis entre praças distantes: as articulações com comerciantes a fim de promover o comércio interprovincial.

Os acertos dos negócios eram a principal dificuldade do comércio entre praças distantes. A falta de numerário circulante, as longas distâncias e as inseguranças dos trajetos, bem como o intenso recurso ao crédito exigiam dos agentes a presença de intermediários que auxiliassem e facilitassem os tratos mercantis em diferentes pontos do comércio. Dentre suas principais funções, os intermediários tentavam suprir as dificuldades de acertos dos negócios, garantir a circulação das mercadorias e facilitar o acesso ao crédito. Em especial, no comércio entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro, representado pela rede mercantil de Gervásio Pereira Alvim, observamos que o estabelecimento dos mineiros na praça carioca fazia parte de estratégias que visavam facilitar os arranjos mercantis entre as regiões e superar esses obstáculos no desenvolvimento da atividade. Nesse sentido, como retratado na missiva, as figuras de Francisco Eugênio de Azevedo, José Bernardino Teixeira e Carlos Joaquim Máximo Pereira exerciam, entre outros papéis desempenhados, essas funções. As casas mercantis desses sujeitos recebiam créditos em nome de Gervásio, ficando em saldo e conta para futuras transações. Assim, em 19 de fevereiro de 1853, Francisco Eugênio, já estabelecido na praça carioca, informava a Gervásio que havia recebido dois créditos de Joaquim Manoel que foram depositados em sua conta³⁴. Alguns meses depois, em 04 de maio, Joaquim Manoel Alves de Araújo, comerciante de gado a quem Gervásio costumava consignar seu gado³⁵, entregava a Francisco Eugênio a quantia de 1.173\$400

³³ Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei: Documentação Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Francisco Eugênio de Azevedo, 30 de março de 1850, São João del Rei. Grifos nossos.

³⁴ Arquivo particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Francisco Eugênio de Azevedo, 19 de fevereiro de 1853, Praia Pequena.

³⁵ Cf. TEIXEIRA PINTO, 2014, em especial, capítulo 1.

réis, também em saldo e conta do fazendeiro mineiro³⁶. No ano seguinte, a casa de José Bernardino e Carlos Joaquim Máximo Pereira receberia, por ordem do capitão Manoel Pereira de Resende Alvim, tio de Gervásio, a quantia de 700\$000 réis, que foram creditados em conta de Gervásio³⁷. Essa última transação envolveu o acionamento de uma cadeia de crédito. Segundo a carta enviada pelos comerciantes, o crédito fora entregue por Francisco Xavier Dias da Fonseca por ordem do doutor Manoel José Monteiro de Barros Galvão de São Martinho em cumprimento da ordem do capitão Manoel, residente no termo de Passatempo, Minas Gerais. Neste mesmo ano, a casa ainda receberia em conta de Gervásio mais os créditos de Francisco Machado no valor de 200\$000 réis, em 28 de fevereiro, e no dia 04 de outubro receberia por mão do próprio Gervásio a quantia de 800\$000 réis³⁸.

Transações como essas foram constantes na documentação privada do fazendeiro Gervásio. Elas revelam que as dificuldades de acertos dos negócios foram suplantadas através de alguns comportamentos mercantis. Diante das dificuldades em enviar o dinheiro para a Corte, a partir da comercialização do gado e de outros gêneros alimentícios com os quais abasteciam a cidade carioca, o produto dos negócios era entregue a intermediários locais que, em posse do capital, tratavam dos acertos de débitos com outras casas mercantis, bem como recebiam e preparavam os pedidos dos mineiros para a movimentação do comércio regional, bem como para o abastecimento das fazendas.

Assim, em 7 de maio de 1855, Francisco Eugênio escrevia a Gervásio para reportar a respeito do pedido que aprontara em 30 de abril. Segundo o missivista, parte do pedido seguiria com José Pedro Guimarães e Irmão, conforme consta do recibo firmado, e o restante partiria depois, pois não havia condutor. Avisava que as cargas somaram 271\$000 réis que foram levados a débito em conta do fazendeiro. Finalizava desejando que tenha tido boa viagem de regresso, junto com Francisco, recomendava-se a todos e dizia que estimava que as cargas chegassem em breve³⁹. No dia 23 de maio, José Pedro Guimarães, referindo-se a Gervásio como primo, de São João, informava que no dia anterior haviam aportado em sua casa mercantil as cargas do fazendeiro vindas do Rio de Janeiro. Dizia que pagou os carretos na quantia de 400\$400 réis e que, pelo condutor que fosse buscá-las, enviaria o recibo da condução⁴⁰. Nessa transação observamos outro empecilho da atividade: a falta de carretos e a dificuldade de movimentação pelas estradas imperiais. Embora o comércio entre as regiões de Minas Gerais e a Corte do Rio de Janeiro fosse bastante volumoso, as dificuldades de passagem ainda permaneciam. Os caminhos eram sinuosos e precários, de difícil acesso, e os riscos de assaltos e acidentes eram frequentes. A preocupação com as estradas, o transporte e a comunicação eram temas recorrentes entre as autoridades imperiais e provinciais, que percebiam nas dificuldades de acesso e de circulação da informação graves empecilhos para o desenvolvimento econômico interno. Desde os tempos de D. João existiam projetos de melhorias da infraestrutura interna da Colônia com vistas a

³⁶ Arquivo particular de Gervásio Pereira Alvim: Recibo da casa mercantil Francisco Eugênio de Azevedo e Cia., 04 de maio de 1853, Rio de Janeiro.

³⁷ Arquivo particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por José Bernardino e Máximo Pereira, 08 de novembro de 1854, Rio de Janeiro.

³⁸ Arquivo particular de Gervásio Pereira Alvim: recibo da casa mercantil José Bernardino e Máximo Pereira, 28 de fevereiro de 1854, Rio de Janeiro; recibo da casa mercantil José Bernardino e Máximo Pereira, 04 de outubro de 1854, Rio de Janeiro.

³⁹ Arquivo particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Francisco Eugênio de Azevedo, 07 de maio de 1855, Rio de Janeiro.

⁴⁰ Arquivo particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada José Pedro Guimarães, 23 de maio de 1855, São João.

facilitar a comunicação entre as regiões do interior e a nova sede do Império lusitano⁴¹. Já no período imperial, as autoridades provinciais mineiras, percebendo os entraves ao desenvolvimento econômico das suas regiões, em momentos distintos (1835, 1864 e 1871), desenvolveram planos de integração das cidades e mercados mineiros entre si e o aperfeiçoamento das ligações com a capital imperial⁴².

As dificuldades de circulação e dos transportes afetavam a dinâmica mercantil, gerando contratemplos e “desconforto” nas relações entre comprador, vendedor e tropeiros, como reportado na missiva de Francisco Eugênio. A falta de transporte gerava entraves na regularidade das tropas, dificultando o comércio e a circulação das mercadorias. Em maio de 1855, Francisco Eugênio conseguia enviar parte das cargas encomendadas por Gervásio, e em março de 1856 informava que as cargas já estavam prontas, porém não foram enviadas por falta de condução para Carrancas quando, então, aguardava uma nova para São João del Rei⁴³. Tais cargas foram despachadas no dia 17 de março, sendo transportadas pelo tropeiro Miguel José Maciel, que levava também os pedidos das casas mercantis de “Serzedello e Machado” e “Loureiro, Botelho e Castro e Cia.”⁴⁴. Além disso, há que se destacar que no problema dos transportes havia ainda os riscos de perda da mercadoria. Neste caso, de quem era a responsabilidade sobre os produtos perdidos? Quem assumiria o prejuízo?⁴⁵ Enfim, o estado das estradas era fonte de preocupações, não apenas das autoridades, mas dos agentes mercantis, pois gerava perdas e aumentava os custos dos produtos.

Seja como for, o movimento das tropas entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro era bastante intenso, tendo o fazendeiro Gervásio feito diversos pedidos a casas mercantis cariocas por mercadorias que serviriam tanto para o comércio interno à comarca do Rio das Mortes, quanto para o abastecimento da sua fazenda. De maneira geral, apesar de as cartas pouco reportarem sobre as cargas enviadas, restringindo-se a informar acerca dos recebimentos dos pedidos, dos valores levados a débitos ou créditos, dos prazos de pagamentos e transportes das mesmas, os gêneros adquiridos pelo fazendeiro eram fazendas secas importadas e nacionais. Gervásio adquiria, tanto no mercado carioca, quanto em outras praças mineiras, tecidos (sedas, chitas, baetas) e lenços, material para costura (linhas, botões, fitas, agulhas), chapéus, especiarias e temperos (cravo da Índia, erva doce, canela, pimenta do reino), bebidas (vinho e cerveja), louças, fumos, rapé, pregos para ferrar, freios, arames, aço, pólvora, espoleta, chumbo, armas (espingardas), entre outros gêneros. Enfim, tratava-se de produtos para consumo das fazendas mineiras, não produzidos na região, mas que faziam parte do universo rural da comarca do Rio das Mortes. Pelo volume de pedidos e de cargas, bem como pelas atividades exercidas pelo fazendeiro, que também era proprietário de um rancho de tropas e um negócio no caminho das Lages, tais produtos serviam também para o abastecimento do comércio local, tendo como consumidores as fazendas vizinhas

⁴¹ LENHARO, 1979.

⁴² GODOY & BARBOSA, 2006.

⁴³ Arquivo particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Francisco Eugênio de Azevedo, 13 de março de 1856, Rio de Janeiro.

⁴⁴ Arquivo particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Francisco Eugênio de Azevedo, 17 de março de 1856, Rio de Janeiro.

⁴⁵ Em 8 de março de 1893, Gervásio recebeu uma carta de um consignatário de vinhos em Carandaí, Policarpo Rocha, a respeito da carga enviada para a comercialização. Segundo Policarpo Rocha, devido à viagem, o vinho havia vazado no percurso, molhando outros produtos, fato que provocou a deterioração desses, e ainda que o vinho estava muito azedo. Meses depois, em 3 de maio do mesmo ano, o comerciante voltava a escrever reclamando do prejuízo da carga em função de vazamento do vinho e vasilhames e a perda de outros produtos. Documentação privada de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Policarpo Rocha, 08 de março de 1893 e 03 de maio de 1893, Carandaí.

de Gervásio no distrito da Lage e de parentes residentes em outras partes de Minas Gerais⁴⁶.

Outro traço indelével nas atividades mercantis de Gervásio Pereira Alvim era a pessoalidade das relações firmadas, sustentadas no importante papel da família no abono e identificação dos sujeitos históricos. O intenso recurso às compras a prazo fazia com que os agentes envolvidos no comércio, sobretudo nos negócios a longa distância, fossem pessoas conhecidas. A falta de instrumentos mais precisos de identificação e métodos mais seguros de negociação forçava o conhecimento dos sujeitos, da sua fama, da sua riqueza, bem como de sua família e de suas parentelas. Isso porque, numa economia condicionada por elementos sociais e subordinada às relações de clientela e vizinhança, a família e a parentela eram importantes instrumentos de inserção social. No comércio, em especial, a família, além de ostentar grande capacidade de criação de vínculos e redes de clientela, revelou ser a base de identificação e sustentação dos sujeitos, facilitando, assim, os arranjos mercantis. Por exemplo, já foram ressaltadas as relações de parentesco envolvendo os comerciantes mineiros sediados na praça carioca com Gervásio Pereira Alvim. Francisco Eugênio era tio materno de Gervásio; Carlos Joaquim tinha fortes vínculos de amizade com irmãos de Francisco Eugênio, a sogra dele mantinha estreita relação de amizade e parentesco com a família de Gervásio Pereira Alvim, sem deixar de mencionar os vínculos firmados com o comerciante sanjoanense Sabino de Almeida Magalhães; já José Bernardino Teixeira há muito tempo desempenhava a função de intermediário das relações mercantis de fazendeiros e comerciantes da comarca do Rio das Mortes com a capital imperial⁴⁷. Havia ainda os vínculos com comerciantes que, atuantes na praça de São João del Rei, mantinham estreitas relações mercantis com o Rio de Janeiro, como foi o caso de José Pedro Guimarães, Sabino Almeida de Magalhães e Manoel Gomes de Castro⁴⁸, para ilustrar. E quando não havia vínculos familiares ou de parentela envolvidos diretamente, as relações mercantis eram intermediadas por sujeitos que conheciam e atestavam a veracidade e fortuna dos envolvidos, ou seja, as relações se davam fundadas na fama e credibilidade dos intermediários.

Assim, a família desempenhava o papel de núcleo base que assegurava condições favoráveis aos que vinham de meios geográficos e sociais exteriores às praças mercantis. A partir dessas relações sociais emergidas dos vínculos familiares novos negociantes eram inseridos nos circuitos de comércio: tio, primos, pais, amigos, padrinhos atuavam de diversas formas no sentido de familiarizar os novos agentes com os mecanismos mercantis e, também, de apresentá-los e creditá-los perante os antigos⁴⁹. Essas articulações se davam em nível local-regional e projetavam-se no comércio interprovincial de Minas Gerais com o Rio de Janeiro como parte de estratégias familiares que visavam à reprodução da riqueza e ao controle dos instrumentos de dominação e dos cargos político-administrativos regionais.

⁴⁶ Gervásio fora um homem de muitos negócios, consorciando as atividades agrárias e mercantis. Além de sua fazenda, possuía um rancho para pouso de tropas e um negócio no caminho da Lage, pelos quais pagava impostos. Cf. Arquivo particular de Gervásio Pereira Alvim: Renda Provincial de Minas Gerais, exercício de 1856/1857; Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei: Documentação Privada de Gervásio Pereira Alvim: Renda Provincial de Minas Gerais, exercício 1882/1883; Idem: Imposto Municipal da Câmara da cidade de São José do ano de 1888. Além disso, era constante o pedido de fazendeiros do distrito e parentes que moravam em outras partes de Minas Gerais a Gervásio para envio de tais tipos de produtos para suas fazendas.

⁴⁷ Cf. TEIXEIRA, 2009 e TEIXEIRA PINTO, 2014.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ PEDREIRA, 1995, pp. 242-249; LENHARO, 1979; TEIXEIRA, 2009, TEIXEIRA PINTO, 2014.

Assim pensamos as relações mercantis de Gervásio Pereira Alvim. As atividades mercantis eram permeadas pelas relações familiares e vice-versa. Os laços familiares e de amizade de Gervásio com os comerciantes estabelecidos na praça carioca garantiam o acesso ao crédito e facilitavam a circulação do comércio e, por seu turno, o fazendeiro abastecia essas casas mercantis com gêneros produzidos na região.

No entanto, esse modelo de organização econômica, que sofria influência das relações sociais, no qual os vínculos familiares constituíam um importante esteio nas atividades mercantis, entrava em falência com a emergência das relações capitalistas, bem como com interferência do Estado nas relações interpessoais. Isto é, a maior ingerência do Estado nas relações domésticas, entoando o projeto civilizador que culminou na centralização do Estado nas décadas de 1840 e 1850, representada pelas políticas do governo saquarema, que buscava disciplinar o governo da casa e da rua⁵⁰, traria novos comportamentos, afetando as formas dos sujeitos de se relacionarem. No nosso caso, em especial, a promulgação do Código Comercial, em 1850, alterou os tratos mercantis ao interferir na forma como os sujeitos se relacionavam, bem como transformou as percepções do crédito e da dinâmica do comércio.

Na dinâmica mercantil firmada por Gervásio Pereira Alvim, essas transformações se fizeram sentir a partir da década de 1860, quando Francisco Eugênio repreendia Gervásio pelos sucessivos atrasos na quitação das letras firmadas na praça carioca e o alertava dos riscos que corria com tal comportamento⁵¹. Ou ainda, quando o mesmo comerciante informava ao fazendeiro não ser possível dar prazo maior que seis meses para quitação do débito no valor de 300\$300 réis, ou, ainda a clareza dos comerciantes José Bernardino e Botelho Sobrinho de que o prazo e condição para saldo do débito no valor de 211\$785 réis eram os vigentes na praça carioca⁵².

Enfim, a emergência de novas relações e percepções dos créditos minavam as antigas formas de organização do comércio interprovincial, fazendo emergir novos instrumentos de acesso ao crédito e construção da credibilidade, bem como alterava os comportamentos mercantis. Assim, a partir da década de 1860, Gervásio estrearia uma nova forma de relacionamento, na qual a personalidade perdia espaço para as relações impessoais, com caráter mais capitalista, e o cumprimento dos prazos passava a ser o elemento construtor da credibilidade e manutenção do crédito.

Conclusão:

Abordamos neste artigo a dinâmica do comércio entre o Sul de Minas, a comarca do Rio das Mortes e o Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX, como parte do processo de desdobramento dos negócios dos mineiros após a chegada da Corte portuguesa no Brasil em 1808. Diante das oportunidades abertas, membros da família do fazendeiro Gervásio Pereira Alvim teceram novas alianças que afiançaram novas inserções no ramo de abastecimento da Corte. A partir da formação de um circuito Lage – São José – São João del Rei – Carrancas – Rio de Janeiro, formado a partir de alianças familiares e redes de clientela, avançamos no estudo do desdobramento dos negócios dos mineiros na praça carioca, em especial, o processo de inserção de negociantes sul-

⁵⁰ MATTOS, 2004.

⁵¹ Arquivo particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Francisco Eugênio de Azevedo, 17 de dezembro de 1862, Rio de Janeiro.

⁵² Arquivo particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Francisco Eugênio de Azevedo, 17 de março de 1856, Rio de Janeiro; Carta enviada por José Esteves e Botelho Sobrinho, 07 de junho de 1856, Rio de Janeiro.

mineiros como negociantes de grosso trato no Rio de Janeiro, a partir da década de 1840.

A instalação desses sujeitos na praça carioca visava facilitar os arranjos de negócios entre a região mineira (a comarca do Rio das Mortes) com a Corte, favorecendo a dinâmica mercantil, o acesso ao crédito e dava mais credibilidade aos fazendeiros mineiros que viajavam aquela praça em busca de melhores negócios. Enfim, com a função de facilitar os arranjos mercantis e evitar o atravessador carioca, o firmamento desses sujeitos no Rio de Janeiro fazia parte de um projeto familiar, no qual os membros dividiam funções entre si, garantindo a comunicação entre os mundos rural e urbano, a circulação entre a fazenda e a cidade.